

as denúncias, com cestas básicas etc. para poder manter o silêncio sobre uma triste página da história do nosso país, onde dezenas de pessoas foram assinadas por discordar do governo que na época comandava o nosso país”. Os demais vereadores também foram favoráveis à moção e que apuração dos fatos pelo Ministério Público. Nada mais havendo para ser tratado, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, e determino que a transcrição da gravação fosse também considerada conteúdo deste documento, devendo ficar arquivado na Secretaria da Comissão. Eu, Arão Martins dos Santos, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais membros e por mim.

EXTRATO DE ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos dezesseis dias do mês de agosto de 2001, às 12 horas, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, realizou-se a décima reunião ordinária da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Sob a presidência do Vereador Ítalo Cardoso e com a presença dos Vereadores Roberto Trípoli, Jooji Hato e Lucila Pizani Gonçalves, deu-se início aos trabalhos. O presidente colocou em discussão a moção que “repudia a violação de direitos dos cidadãos sugerida em documentação do exército brasileiro” com base numa série de reportagens intituladas “arquivo revela ação secreta do exército” desde dia 02 de agosto de 2001, no jornal “Folha da São Paulo”. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. A seguir o presidente informou que esteve reunido com o Dr. Hélio Bicudo discutindo o anteprojeto que criará a Comissão de Direitos Humanos no âmbito do Executivo. Informou ainda a realização, em conjunto com o Serviço Funerário de São Paulo, de um ato lembrando a abertura da “Vala de Perus”, organizada por familiares de desaparecidos políticos e por entidades de direitos humanos. Este ato será realizado no cemitério de Perus, dia 04/09/2002, às 14 h, “no qual seria importante a presença de todos”, disse o Presidente. Lembrou ainda que a abertura daquela vala foi autorizada em 04/09/1990. Por fim, o presidente informou que acompanham esta reunião, as seguintes pessoas: João Carlos Carneiro, assessor do Ver. Jooji Hato, Wladas Bartochevis, do voto consciente, Maria Amélia de Teles (Amelinha) e Dimitri Brandi de Abreu, assessores do Vereador Ítalo Cardoso; Carlos Cezar, assessor do Vereador Pastor Vanderlei de Jesus e Dolores Müller Batisteli, assessora da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves. Nada mais havendo par ser tratado, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, e determino que transcrição da gravação fosse também considerada conteúdo deste documento, devendo ficar arquivado na Secretaria da Comissão. Eu, Arão Martins dos Santos, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais membros e por mim.

EXTRATO DE ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos vinte e três dias do mês de agosto de 2001, às 12 horas, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, realizou-se a décima primeira reunião ordinária desta Comissão, sob a presidência do Vereador Ítalo Cardoso, que iniciou os trabalhos com a presença dos Vereadores Jooji Hato, Alcides Amazonas, Lucila Pizani Gonçalves e Pastor Vanderlei de Jesus. Justificou a ausência do Vereador Wadih Mutran que se encontra na CPI do PAS e do Vereador Roberto Trípoli que está na reunião da Comissão que trata dos contratos de lixo na cidade de São Paulo. Após anunciar a preparação da V Conferência Municipal de Direitos Humanos e outros informes como itens da pauta de hoje. Com a palavra, o Vereador Alcides Amazonas informou que desde às 07 horas, desempregados do setor de transportes que “são perseguidos políticos da categoria dos condutores estão aqui, hoje, fazendo uma manifestação em frente a Câmara pedindo solidariedade e apoio político dos Vereadores”. O Vereador Alcides Amazonas ressaltou ainda que esta Comissão de Direitos Humanos já cumpriu o seu papel enviando uma representação ao Ministério Público mas que continuará dando seu apoio. A seguir, concordando e apoiando o movimento dos desempregados o Sr. Presidente passou aos informes gerais, ressaltando que recebeu um documento do Sindicato dos Procuradores do Estado que levanta a situação ali vivida, de total falta de estrutura de trabalho, tanto na Procuradoria quanto na PAJ. Salientou as vitórias que tem conseguido junto a sociedade, em função da parceria que a Comissão Municipal de Direitos Humanos mantém com aqueles órgãos. Citou como exemplo, a retirada de um outdoor colocado por toda a cidade de São Paulo, altamente discriminatório e preconceituoso uma vez que estampava um jovem negro como se fosse o símbolo de um bandido. Propôs uma moção de apoio no sentido de chamar a atenção do Governo do Estado para reforçar a estrutura da Procuradoria e reabrir o debate sobre a defensoria pública. Respondendo ao Vereador Alcides Amazonas, o Sr. Presidente informou que já foi protocolado no Ministério Público uma representação referente às demissões ocorridas no setor dos transportes na cidade de São Paulo. Após, devido a aprovação da CPI que tratará da coleta de lixo na cidade de São Paulo, e da possível mudança no horário das Sessões Plenárias para 14 horas, debateu-se as incompatibilidades de horários da reunião ordinária desta Comissão com os horários das sessões desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Acordou-se que o Vereador membro, mais idoso (pelo Regimento Interno), presente nas reuniões ordinárias, as presidirá. O Sr. Presidente informou ainda que a proposta do formato da V Conferência Municipal de Direitos Humanos já foi enviada aos Gabinetes dos Vereadores-membros. A seguir, a Vereadora Lucila Pizani Gonçalves lembrou a necessidade de se reunir com o Presidente José Eduardo Cardoso para tratar da estruturação da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, que segundo o Vereador Ítalo Cardoso deverá ocorrer na próxima semana. Por fim, o presidente informou que acompanham esta reunião, as seguintes pessoas: João Carlos Carneiro, assessor do Ver. Jooji Hato, Wladas Bartochevis, do voto consciente, Maria Amélia de Teles (Amelinha) e Dimitri Brandi de Abreu assessores do Vereador Ítalo Cardoso; Carlos Cezar, assessor do Vereador Pastor Vanderlei de Jesus; Dolores Müller Batisleti, assessora da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves; Candelária M. Reys Garcia, assessora do Vereador Alcides Amazonas e Viviani Cabral, assessora do Vereador Roberto Trípoli. Nada mais havendo para ser tratado, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos e determino que a transcrição da gravação fosse também considerada conteúdo deste documento, devendo ficar arquivado na Secretaria da Comissão. Eu, Arão Martins dos Santos, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais membros e por mim.

EXTRATO DE ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos trinta dias do mês de agosto de 2001, às 13 horas, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, realizou-se a 12ª reunião ordinária desta Comissão. Sob a presidência do Vereador Ítalo Cardoso, que iniciou os trabalhos com a presença dos Vereadores Jooji Hato, Alcides Amazonas, Lucila Pizani Gonçalves. Justificou a ausência do Vereador Wadih Mutran que se encontra na CPI do PAS e do Vereador Roberto Trípoli, Vice-presidente, que está na reunião da Comissão que trata dos contratos de lixo na cidade de São Paulo, e Vereador Vanderlei de Jesus que se encontra em trabalhos externos. O Sr. Presidente informou que recebeu um convite da ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA, enviado no dia 27/08/2001. Trata-se de debate

sobre a questão da mulher no sistema carcerário. A seguir, o conteúdo do convite: “A Associação Juizes para a Democracia, o Coletivo para a Liberdade e Reinserção Social, a Comissão da Mulher Advogada e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil-SP e o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania promoverão encontro de trabalho para a discussão da questão “A MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO”, no dia 17 de setembro p.f., das 9 às 17 horas na sede da Ordem dos Advogados do Brasil-SP, situada nesta Capital, na rua Senador Feijó, nº 14, 4º andar. Gostaríamos de contar com a participação dessa entidade no evento, aguardando para tanto a indicação de um representante até o dia 6 de setembro, p.f., tendo em vista o número limitado de vagas (ficha de inscrição anexa). Atenciosamente, Ary Casagrande, Presidente do Conselho Executivo da Associação Juizes para a Democracia”. A seguir, o Sr. Presidente comunicou que o Vereador José Eduardo Cardozo, Presidente desta Edilidade, receberá os Vereadores-membros desta Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania para tratar da reestruturação da mesma. Por fim, o presidente informou a presença do Voto Consciente, na figura do Sr. Vldas Bartochevis; Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) e Francisco de Lima, assessores da Presidência desta Comissão; Carlos Cezar, assessor do Vereador Pastor Vanderlei de Jesus; Candelária M. Reys Garcia, assessora do Vereador Alcides Amazonas e Viviani Cabral, assessora do Vereador Roberto Trípoli. Nada mais havendo para ser tratado o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos e determino que a transcrição da gravação fosse também considerada conteúdo deste documento, devendo ficar arquivado na Secretaria da Comissão. Eu, Arão Martins dos Santos, lavrei a presente ata que, lida e acha da conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais membros e por mim.

EXTRATO DE ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos treze dias do mês de setembro de 2001, às 13 horas, no Gabinete da Presidência, 8º andar desta Edilidade, realizou-se a décima quarta reunião ordinária da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Sob a presidência do Vereador Ítalo Cardoso e com a presença dos Vereadores-membros Lucila Pizani Gonçalves, Pastor Vanderlei de Jesus, Jooji Hato, Roberto Trípoli, Alcides Amazonas e do Presidente desta Edilidade, o Vereador José Eduardo Cardozo, os trabalhos foram abertos. O Presidente da Comissão, Vereador Ítalo Cardoso justificou a ausência do Vereador Wadih Mutran, que se encontra em reunião da CPI do PAS. Presentes, também, Carlos Cezar Mendonça da assessoria do Vereador Pastor Vanderlei de Jesus; Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha); Dolores Müller Batisteli, da assessoria da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves; Candelária M. Reys Garcia, da assessoria do Vereador Alcides Amazonas; João Carlos Carneiro, da assessoria do Vereador Jooji Hato; Wladas Bartochevis, representantes da entidade “Voto Consciente”. O Vereador Ítalo Cardoso iniciou a reunião ponderando que esta Comissão, desde o início de seus trabalhos, vem suprindo todas suas deficiências operacionais através de um trabalho conjunto das assessorias dos gabinetes dos vereadores-membros. E que esta, foi uma das primeiras Comissões Extraordinárias a ser instalada em fevereiro de 1997 e até o momento não tem nenhuma estrutura para, por exemplo, receber as pessoas em local adequado para reclamos quanto a possíveis violações aos direitos individuais. Daí, esta reunião para, em conjunto com a presidência desta Casa, tentar equacionar a questão. Após várias ponderações concluiu-se que: 1) A reforma administrativa deverá resolver de maneira definitiva a questão da infra-estrutura das Comissões, incluindo a de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; 2) Há um ato da mesa que deliberou sobre a inclusão de dois funcionários comissionados para cada Comissão; 3) Ver a possibilidade de incluir no convênio com a OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, a contratação de estagiários para atuar na Comissão de Direitos Humanos. Senão, o Presidente da Câmara propõe um convênio com a PUC (Ver com Cecília); 4) Fazer uma reunião com a Diretoria Geral para resolver a questão dos funcionários da Comissão; 5) Providenciar equipamentos para a informatização da Comissão. O presidente se propõe a visitar empresas que se dispõem a doar esses equipamentos. A Câmara está realizando a implantação de um Portal que vai iniciar-se em 20 dias e existe a possibilidade de inserção da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; 6) Em relação ao espaço físico para a Comissão, é o problema mais crucial. É necessário conversar com o Vereador Nabil Bonduki que está estudando a redistribuição do espaço físico junto ao primeiro subsolo; 7) Quanto a um funcionário recepcionista, poderia ser deslaçado um funcionário da Câmara para essa função. Nada mais havendo para ser tratado o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, determinando que a transcrição da gravação desta reunião ordinária será parte integrante desta ata. Eu, Arão Martins dos Santos, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais membros e por mim.

EXTRATO DE ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2001, às 13 horas, no Plenário Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade, realizou-se a décima quarta reunião ordinária da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Sob a presidência do Vereador Ítalo Cardoso e com a presença dos Vereadores-membros Lucila Pizani Gonçalves, Pastor Vanderlei de Jesus, Jooji Hato, Roberto Trípoli e Alcides Amazonas. O Presidente da Comissão, Vereador Ítalo Cardoso justificou a ausência do Vereador Wadih Mutran, que se encontra em reunião da CPI do PAS. Anunciou, também, as presenças de Calos Cezar Mendonça, da assessoria do Vereador Pastor Vanderlei de Jesus; Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) e Francisco Carvalho de Lima, assessores do Vereador Ítalo Cardoso; Dolores Müller Batisteli da assessoria da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves; João Carlos Carneiro, da assessoria do Vereador Jooji Hato; Reinaldo Trevisan, assessor do Vereador Wadih Mutran. O Vereador Ítalo Cardoso iniciou a reunião comentando o processo de preparação da V Conferência Municipal de Direito Humanos. “Faz parte deste processo, a realização de plenárias regionais e setoriais para preparar entidades e movimentos para discussão e articulação de proposta que possam construir um sistema municipal de promoção e proteção de direitos humanos”. E também, disse, “refletir junto com a população da periferia e de regiões centrais atuação cotidiana na defesa dos direitos humanos”. Foram sugeridos os seguintes tópicos para as plenárias setoriais: - Discriminação e Preconceito Racial; - Sobre os direitos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais; - Relação de gênero e direitos das mulheres; - Sobre pessoas com deficiência; - Sobre as pessoas encarceradas; - Crianças e adolescentes; - Juventudes e Violência; - Saúde Mental; - Ecomunismo e Direitos Humanos; Tecnologia e Meio Ambiente; Transporte. A pauta sugerida para se trabalhar nestas plenárias foi: “Sistema municipal de promoção e proteção aos direitos fundamentais no âmbito da cidade e São Paulo”. Nada mais havendo para ser tratado o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, determinando que a transcrição da gravação desta reunião ordinária será parte integrante desta ata. Eu, Arão Martins dos Santos, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais membros e por mim.

EXTRATO DE ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos dezoito dias do mês de outubro de 2001, às 13 horas, no Plenário Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade, realizou-se a décima quinta reunião ordinária da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Sob a presidência do Vereador Ítalo Cardoso e com a presença dos Vereadores-membros Lucila Pizani Gonçalves, Jooji Hato e Alcides Amazonas iniciaram-se os trabalhos. O Sr. Presidente informou que o Vice-Presidente desta Comissão, o Vereador Roberto Trípoli, está no departamento médico e avisou que não poderá chegar a tempo, estando justificada sua ausência. Anunciou, também, as presenças de Carlos Cezar Mendonça, da assessoria do Vereador Pastor Vanderlei de Jesus; Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) e Francisco Carvalho de Lima, assessores do Vereador Ítalo Cardoso; Wellington Pantaleão, da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves; João Carlos Carneiro, da assessoria do Vereador Jooji Hato; Reinaldo Trevisan, assessor do Vereador Wadih Mutran; Candelária M. Reys Garcia, do Vereador Alcides Amazonas. O Vereador Ítalo Cardoso iniciou a reunião com os informes sobre os preparativos da V Conferência Municipal de Direitos Humanos que ocorrerá no dia 17/12/2001. A assessora da Presidência, Sra. Amélia Teles informou que ontem houve a reunião do Fórum Municipal de entidades de defesa dos direitos da pessoa humana e já estão se confirmando as plenárias, como por exemplo, a plenária de portadores de deficiência. A seguir, leu algumas datas das outras plenárias quais sejam: dia 27 de novembro, discriminação e preconceito racial; dia 6 de novembro, direitos de gays, lésbicas e travestis, no Centro Cultural; dia 26 de outubro, relações de gênero; dia 6 de novembro, deficientes, na Câmara Municipal de São Paulo; dia 24 de outubro, encarcerados; dia 12 de novembro, crianças e adolescentes; juventude e violência, proposta confirmada para dia 5 de dezembro. Seguiu-se o debate sobre a organização deste evento com a pauta sugerida que é: “Sistema municipal de promoção e proteção aos direitos fundamentais no âmbito da cidade de São Paulo”. Nada mais havendo para ser tratado, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, determinando que a transcrição da gravação desta reunião ordinária será parte integrante desta ata. Eu, Arão Martins dos Santos, secretário, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais membros e por mim.

EXTRATO DE ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2001, às 13 horas, no Plenário Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade, realizou-se a décima sexta reunião ordinária da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Sob a presidência do Vereador Ítalo Cardoso e com a presença dos Vereadores-membros Lucila Pizani Gonçalves, Jooji Hato, Alcides Amazonas e Roberto Trípoli iniciaram-se os trabalhos. Anunciou, também, as presenças de Carlos Cezar Mendonça, da assessoria do Vereador Pastor Vanderlei de Jesus; Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) e Francisco Carvalho de Lima, assessores do Vereador Ítalo Cardoso; Wellington Pantaleão, da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves; João Carlos Carneiro, da assessoria do Vereador Jooji Hato; Reinaldo Trevisan, assessor do Vereador Wadih Mutran; Candelária M. Reys Garcia, do Vereador Alcides Amazonas e Sra. Viviani, por parte do Executivo Municipal. O Sr. Presidente iniciou a reunião com os informes sobre os preparativos da V Conferência Municipal de Direitos Humanos que agora já tem local e horários definidos: será no dia 17 de dezembro de 2001, das 9 às 18 h, no Centro Cultural São Paulo. Seguiu-se o debate sobre a organização deste evento, sempre centrado na pauta de discussão que é “Sistema Municipal de promoção e proteção aos direitos fundamentais no âmbito da cidade de São Paulo”. Nada mais havendo para ser tratado, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, determinando que a transcrição da gravação desta reunião ordinária será parte integrante desta ata. Eu, Arão Martins dos Santos, secretário, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais membros e por mim.

EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos quatorze dias de abril de dois mil e quatro, no Auditório Prestes Maia, face a indicação de todos os membros desta Comissão por seus respectivos líderes partidários, reuniram-se os seguintes vereadores: Lucila Pizani Gonçalves, Flávia Pereira, Alcides Amazonas, Beto Custódio, Roberto Trípoli e Wadih Mutran. Com a finalidade de instalar esta Comissão o Vereador Wadih Mutran, conforme Art. 43 do Regimento Interno, presidiu os trabalhos de abertura desta reunião. Inicialmente o senhor presidente solicitou aos demais membros presentes que colocassem suas candidaturas ou indicassem os candidatos à presidência e vice-presidência desta Comissão. Com a palavra, o Vereador Roberto Trípoli indicou a Vereadora Lucila Pizani Gonçalves para a presidência e a Vereadora Flávia Pereira para a vice-presidência. Colocada, então, em votação a Vereadora Lucila Pizani Gonçalves foi eleita por unanimidade. Eleita presidente e assumindo os trabalhos, a Vereadora Lucila colocou em votação a vice-presidência desta Comissão, sendo eleita, também por unanimidade a Vereadora Flávia Pereira. Nada mais havendo para ser tratado, a Senhora Presidente declarou encerrados os trabalhos, determinando que a transcrição da gravação seja parte integrante desta ata, devendo ficar arquivada na Secretaria da Comissão. Eu, Arão Martins dos Santos, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Vereadores presentes e por mim.

EXTRATO DE ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e quatro, às 12 horas, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária desta Comissão sob a presidência da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves, e na presença dos Vereadores Alcides Amazonas, Flávia Pereira e Roberto Trípoli. Inicialmente a Sra. Presidente propôs os temas “Defensoria Pública” e “Campanha do Desarmamento” como temas centrais da X Conferência Municipal de Direitos Humanos. Sugeriu também que se faça um balanço geral dos trabalhos desta Comissão, nos últimos quatro anos da 13ª Legislatura, do qual se confeccionará um resumo. As propostas foram aprovadas por todos. A Sra. Presidente também sugeriu que a próxima Conferência Municipal de Direitos Humanos, em 10 de dezembro do corrente, seja feita em conjunto com a Comissão Municipal de Direitos Humanos do Executivo Municipal. Sugeriu ainda que se consulte o Fórum Municipal de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo para que opinem sobre esta Conferência. A seguir, com a palavra, o Vereador Amazonas lembrou o “massacre que nos últimos dias vem ocorrendo à população de rua na cidade de São Paulo. Estas violentas agressões mórbidas fez com que esta Comissão se mobilizasse e organizasse, em 2/9/2004, um ato de apoio no Plenário 1º de maio, o qual ficou completamente tomado por moradores de rua”. O Vereador Amazonas lembrou ainda que “na última semana foram publicadas fotos inéditas do jornalista Wladimir Herzog, ainda vivo na prisão, antes de ser morto nos porões do DOI-CODI-Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna. Tempos depois, foi confirmado que o jornalista Wladimir Herzog não se suicidou, como se aventou à época, e a família recebeu

indenização”. O Vereador acrescentou que “o Exército, ainda nesta semana, elaborou uma primeira nota, provocando uma reação contrária do Governo Federal que cobrou explicações do Ministro do Exército. A nota foi então escrita de outra forma”. A seguir, a Vereadora Flávia Pereira, que participou desta Comissão durante os dois últimos anos, disse que se identificou muito com os trabalhos desenvolvidos pois desde muito cedo ela teve uma preocupação especial com os direitos individuais. Acrescentou que está “contente por ter colaborado em conquistas, como por exemplo, espaço físico e equipamentos para o melhor desenvolvimento dos trabalhos da Comissão. Deixamos boas sementes plantadas que já estão dando frutos”. O Vereador Roberto Trípoli, por sua vez, concordou com as palavras do Vereador Amazonas e da Vereadora Flávia, reconhecendo o “grande trabalho desenvolvido por todos os parlamentares que de uma forma ou outra, colaboraram para o bom desempenho desta Comissão, juntamente com as assessorias dos respectivos vereadores-membro”. Externou também os seus pensamentos quanto à “preparação dos eventos desta Comissão” e disse que vai se “empenhar, conjuntamente, com os demais membros, para providenciar fundos quando da votação do orçamento municipal que vai ser votado até o final do ano”. Encerrado, a Vereadora Lucila, presidente desta Comissão concordando com todos os pronunciamentos anteriores, acrescentou que vai “agilizar os contatos com as entidades de direitos humanos e com a Comissão de Direitos Humanos do Executivo, no sentido da realização conjunta da próxima Conferência Municipal”. Informou também que “dia 29/10/2004, vai ocorrer nesta Edilidade um ato organizado pelo “Comitê Santo Dias” em homenagem a este grande batalhador Santos Dias, que muito lutou em favor das causas sociais dos menos afortunados. A gravação desta reunião, depois de transcrita, será parte integrante desta ata. Nada mais havendo para ser tratado, encerraram-se os trabalhos. Eu, Arão Martins dos Santos, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos senhores vereadores e por mim.

## SECRETARIA DA CÂMARA

### MESA DA CAMARA

#### ATO Nº 1189/12

Consolida a disciplina existente sobre a Comissão de Avaliação de Documentos – CAD, amplia suas competências, e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:

Art. 1º A Comissão de Avaliação de Documentos – CAD, criada pelo Ato nº 413, de 2 de setembro de 1992, passa a ser regida pela disposições deste Ato.

Art. 2º A CAD tem por atribuição avaliar e classificar documentos com a finalidade de estabelecer critérios para sua destinação e custódia pela Câmara Municipal de São Paulo.

§ 1º É competência da CAD:

I – atuar na redução da massa documental acumulada nos arquivos, sem prejuízo da conservação das informações;

II – determinar o ciclo de vida útil dos documentos, identificando os conjuntos a serem eliminados a curto, médio e longo prazo;

III – identificar os documentos a serem preservados em caráter permanente, propondo à Mesa da Câmara Municipal de São Paulo normas para sua conservação;

IV – realizar estudos visando à identificação de documentos sigilosos e de caráter pessoal, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, elaborando tabela com a classificação desses documentos;

V – propor à Mesa da Câmara Municipal de São Paulo a renovação, alteração de prazos, reclassificação ou desclassificação de documentos sigilosos;

VI – manifestar-se sobre a restrição de acesso aos documentos pessoais; e

VII – executar as tarefas necessárias ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º Para cumprir suas atribuições a CAD poderá solicitar informações a quaisquer setores da Câmara Municipal de São Paulo.

Art. 2º A CAD consubstanciará os resultados dos trabalhos na elaboração de planos de classificação e destinação de documentos, tabelas de temporalidade e tabelas de classificação de documentos em sigilosos e pessoais.

Art. 3º A CAD será composta por servidores efetivos que integrem as diversas unidades administrativas da Câmara Municipal de São Paulo.

Art. 4º Fica ratificada a atual composição da CAD, que conta com os seguintes membros: Teresa Cristina Brandão César, RF nº 11.144, que coordenará os trabalhos; Leonardo Barbagallo, RF nº 11.064; Vilma Novaes de Oliveira dos Santos, RF nº 10.898; Maria Isabel Cavalca, RF nº 10.949; Vera Martins Dias, RF nº 10.842; Eron Almeida Santana, RF nº 11.076; Regina Eiko Kimachi, RF nº 11.052; Carlos Roberto da Silva, RF nº 11.130; Lilianna Maria Migliano Bosisio, RF nº 10.831; Anelise Vasconcellos de Lucena, RF nº 11.079; Maria Fernanda Pulchero Ferreira, RF nº 11.057; Ubirajara de Farias Prestes Filho, RF nº 11.215; Rubens Gonçalves Junior, RF nº 11.202; Maria Aparecida Pedro, RF nº 10.886; Andréa Rascovski Ickowicz, RF nº 11.075; Maria Cecília Mangini de Oliveira, RF nº 11.119; Adriana de França Silva, RF nº 11.139 e Edson Ferreira de Sousa, RF nº 11.041.

§ 1º São membros natos da CAD o Secretário de Documentação e o Supervisor da Equipe de Arquivo Geral, que poderão indicar representantes.

§ 2º A alteração dos membros elencados no “caput” deste artigo poderá ser feita por Decisão de Mesa.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Atos nºs 413, de 02 de setembro de 1992; 414, de 9 de setembro de 1992; 512, de 27 de setembro de 1994; 655, de 31 de agosto de 1999; 753, de 19 de fevereiro de 2002; 1036, de 05 de novembro de 2008; 1040, de 17 de dezembro de 2008; 1055, de 25 de março de 2009; 1095, de 11 de novembro de 2009 e 1122/10, de 25 de agosto de 2010.

São Paulo, 18 de junho de 2012.

#### ATO Nº 1190/12

Altera dispositivos do Ato nº 1.162, de 15 de agosto de 2011, e dá outras providências.

CONSIDERANDO as disposições constantes do inciso III do artigo 5º do Ato nº 1.162, de 15 de agosto de 2011, que atribui aos Editores competência para “velar pelo projeto técnico aprovado, promovendo as atualizações necessárias em conjunto”;

CONSIDERANDO a identificação da necessidade de aperfeiçoamento do Ato instituir em relação ao seu artigo 6º, que dispõe sobre o Conselho Editorial;

CONSIDERANDO a relevância da “Revista do Parlamento Paulista” na tradução das atividades realizadas na Câmara Municipal de São Paulo;

CONSIDERANDO, enfim, que o artigo 9º do mesmo Ato prescreve que compete à Mesa editar os atos normativos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º do Ato nº 1.162, de 15 de agosto de 2011, passa a exibir a seguinte redação:

“Art. 6º. ....

.....

§1º O Conselho Editorial é constituído de sete membros:

I- quatro servidores efetivos designados pela Mesa, a partir de indicação de titulares de cargo com exercício profissional feita por SGA, SGP, CCI, CTEO, CTI e Procuradoria;